



<https://doi.org/10.51880/ho.v29i1.1663>



Voices da diversidade: narrativas de crianças, sobre religião no cotidiano escolar

Rosiane Brandão Siqueira Alves*

ORCID iD 0000-0001-6533-7745

Secretaria Estadual de Educação, Rio de Janeiro, Brasil

Rejane Brandão Siqueira*

ORCID iD 0000-0002-9927-3396

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fundação de Apoio à Escola

Técnica, Secretaria Estadual de Educação, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta uma análise das narrativas orais de crianças do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual, localizada no município de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), no estado do Rio de Janeiro. O foco da investigação reside nas experiências e percepções das crianças sobre a religião no ambiente escolar. Adotando uma perspectiva metodológica e teórica dialógica, inspirada em Martin Buber, o estudo investiga como as crianças expressam, vivenciam e atribuem significados às suas identidades religiosas no cotidiano da escola. A pesquisa, de natureza etnográfica, combinou diferentes estratégias de coleta de dados, incluindo observação participante, análise documental, rodas de conversa e entrevistas, cujos resultados revelam que a religião se manifesta de forma complexa e multifacetada nas interações das crianças, estabelecendo uma tensão constante com os discursos oficiais de laicidade escolar. As narrativas das crianças são evidenciadas como espaços privilegiados de reprodução interpretativa das culturas religiosas, se contraponto à mera assimilação passiva. Conclui-se que o reconhecimento e a escuta dessas vozes são cruciais e demonstram a urgente necessidade da inclusão das perspectivas das crianças nos estudos contemporâneos sobre religião e educação bem como em outros campos.

Palavras-chave: religião; escola; narrativas de crianças.

Voices of diversity: children's narratives about religion in everyday school life

Abstract: This article presents an analysis of the oral narratives of sixth-grade students from a state

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com orientação da Profa. Dra. Sonia Kramer. E-mail: rosianebrandao14@gmail.com.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com orientação da Profa. Dra. Sonia Kramer. E-mail: rejsiqueira@gmail.com.

public school located in the municipality of Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), in the state of Rio de Janeiro. The focus of the investigation lies in the children's experiences and perceptions of religion in the school environment. Adopting a dialogical methodological and theoretical perspective, inspired by Martin Buber, the study investigates how children express, experience, and attribute meaning to the irreligious identities in the daily life of the school. The ethnographic research combined different data collection strategies, including participant observation, document analysis, group discussions, and interviews, whose results reveal that religion manifests itself in a complex and multifaceted way in the children's interactions, establishing a constant tension with official discourses of secularism in schools. The children's narratives are highlighted as privileged spaces for the interpretative reproduction of religious cultures, contrasting with mere passive assimilation. It is concluded that recognizing and listening to these voices is crucial and demonstrates the urgent need to include children's perspectives in contemporary studies on religion and education, as well as in other fields.

Keywords: religion; school; children's oralities.

Criança tem pressa de viver, e não lhe prometam uma compensação no futuro, a necessidade é urgente, o bálsamo que venha já, amanhã será tarde demais...
(Carlos Drummond de Andrade)

Introdução

A escola brasileira, concebida como espaço laico de formação cidadã, revela-se um terreno complexo em que a diversidade vai tomando o seu lugar de reconhecimento e valorização, de modo que as diferentes tradições religiosas que constituem a identidade dos sujeitos que a ocupam entrecruzam vozes e práticas produzindo pertencimento.

No Brasil, a concepção da escola como um espaço laico, ou seja, desvinculado da instrução religiosa e incluindo entre as responsabilidades do Estado, começa a se desenhar a partir da Proclamação da República, em 1889, subsequente à separação entre a Igreja e o Estado, que se materializa em uma trajetória histórica marcada por avanços e recuos.

Marco fundamental, a primeira Constituição da República, de 1891, ao estabelecer a laicidade do ensino em estabelecimentos públicos, determina no Artigo 72, § 6º que: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, em diálogo com um movimento que promoveu a liberdade religiosa e proibiu o Estado de ter uma religião oficial, bem como de financiar cultos.

Desde então, a laicidade tem sido um campo de disputas contínuas em que as diversas constituições e leis refletiram tensões entre setores religiosos e defensores do

Estado laico. Dos eventos históricos desse processo, em relação à educação, destaca-se como marco inicial a reforma pombalina e como marco situacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996:

- Período Pombalino: A expulsão dos jesuítas (em 1759), sob a influência do Iluminismo, levou ao fechamento de colégios religiosos e a um movimento inicial de laicização do ensino.
- Constituição de 1891: Instituiu formalmente o ensino leigo (laico) nas escolas públicas.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): Educadores se posicionaram contra o Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931, que reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas.
- Constituição de 1988: Artigo 19, inciso I, consolidou o Brasil como um Estado laico, garantindo a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença. A Constituição também prevê o ensino religioso, de matrícula facultativa, nas escolas públicas de Ensino Fundamental.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996: Com o artigo 33 regulamentou o ensino religioso, determinando que deve ser oferecido sem proselitismo e com respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil.

Considerando o contexto, é necessário asseverar que, apesar do arcabouço legal, a efetivação da laicidade nas escolas é ainda um desafio. Das contradições podemos destacar que, em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ensino religioso confessional (ligado a uma religião específica) é compatível com a Constituição, desde que a matrícula seja facultativa. Decisão que, como aponta Luiz Antônio Cunha (2018), pode ser definida como um retrocesso no princípio, pois permite proselitismo religioso dentro do espaço público da escola.

Reconhecendo a complexidade do tema, este artigo propõe uma análise a partir das narrativas sobre religião de crianças do 6º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual, localizada no município de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), RJ, em situações do cotidiano, ou seja, em momentos de interação com seus pares, fora do contexto de uma aula sobre o assunto.

A partir dos pressupostos da Sociologia da Infância, considera-se que as crianças percebem e organizam o mundo de maneira distinta dos adultos, e que elas são sujeitos históricos e de direitos que produzem cultura e são nela produzidos. Nessa perspectiva a narrativa das crianças é tomada como fonte privilegiada para compreender como a diversidade religiosa se manifesta e os significados são produzidos no ambiente educacional.

Nesse sentido, a perspectiva da criança como ator social apoia-se nos trabalhos de Corsaro (2009), Kramer (1992), Ferreira (2010) e Sarmiento (1997, 2011), que oferecem subsídios teórico-metodológicos para compreender a infância como construção social e as crianças como sujeitos detentores de saberes. Diante disso, a escuta das crianças em

suas interações pressupõe o direito de voz e o reconhecimento da presença da religião na escola como elemento formador de subjetividade.

William Corsaro emprega o conceito de reprodução interpretativa para afirmar que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem de maneira ativa na produção e na mudança cultural à medida que afetam e são afetadas pela sociedade e pelas culturas das quais fazem parte.

O termo interpretativa captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança social (Corsaro, 2009, p. 31).

Nesse contexto, o conceito de reprodução interpretativa contribui para a compreensão de como crianças de uma escola pública expressam, vivenciam e resignificam, dentro e fora das aulas, suas identidades religiosas.

Essa compreensão fundamenta a escolha dos referenciais teóricos adotados: a filosofia do diálogo de Martin Buber (2003, 2009, 2014), que entende o diálogo como encontro estabelecido tanto na palavra quanto no silêncio, marcado pela reciprocidade, e que concebe a linguagem como fenômeno social central para a análise das relações humanas. Nessa perspectiva, o diálogo é compreendido como processo fundamental na relação com o outro, no qual conceitos como exotopia e polifonia traduzem a experiência do encontro “eu-tu”.

A filosofia dialógica de Martin Buber fundamenta o diálogo como objeto de estudo, portanto, uma oportunidade de refletir não apenas com palavras, mas com escuta, presença e responsabilidade. Para Buber (2003, p. 26), “a relação educativa é uma relação puramente dialógica” e a pesquisa realizada em uma escola abrange o desafio da educação institucionalizada de transformar o ELE em TU, que acontece quando digo TU ao outro e o aceito em sua alteridade com a totalidade do meu ser, e por ele sou também assim aceito (Buber, 2014).

Esta investigação é relevante ao emergente campo da História Oral com crianças, considerando que, como ressalta Alessandro Portelli (2016), a História Oral não busca apenas o fato, mas a significação que o narrador atribui ao evento. A escuta da narrativa das crianças, portanto, contribui para compreender os significados por elas atribuídos à religião. São elas, portanto, reconhecidas enquanto sujeitos portadores de saberes e experiências legítimas, capazes de oferecer perspectivas únicas sobre fenômenos sociais complexos. Tais perspectivas dialogam com as discussões sobre religião e educação no Brasil e propõem desconstruir concepções de escola como espaço onde as vozes das crianças permanecem frequentemente silenciadas, prevalecendo análises centradas

exclusivamente nas perspectivas adultas.¹

A perspectiva dialógica na pesquisa com crianças

Verbo Ser
Que vai ser quando crescer?
Vivem perguntando em redor. Que é ser?
É ter um corpo, um jeito, um nome?
Tenho os três. E sou?
Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e
jeito?
Ou a gente só principia a ser quando cresce?
É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?
Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?
Repito: Ser, Ser, Ser. Er. R.
Que vou ser quando crescer?
Sou obrigado a? Posso escolher?
Não dá para entender. Não vou ser.
Vou crescer assim mesmo.
Sem ser Esquecer.
 (Carlos Drummond de Andrade)

O poema em epígrafe, ao questionar o “vir a ser”, provoca reflexões sobre o processo de construção da identidade e estabelece um diálogo direto com a história social da criança e suas infâncias e coaduna com a concepção que orienta este estudo: em oposição à visão de um “vir a ser” – incompleta e em formação –, adota-se aqui a perspectiva que reconhece a criança como ser social autônomo e completo (Sarmento, 2015).

Trata-se, portanto, de uma abordagem que busca “desocultar e incluir as vozes das crianças na investigação” (Christensen; James, 2005, p. 8). Essa premissa metodológica é vital, pois reconhece que a criança, compreendida como pessoa em desenvolvimento e agente social, adentra o espaço escolar em sua integralidade.

Ao cruzar o portão da escola, a criança leva consigo toda a complexidade de sua identidade: cor, gênero, orientação sexual, convicções políticas e, fundamentalmente,

1 O presente artigo deriva de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “O que as crianças falam, escutam e praticam de religião na escola”, de autoria de Rosiane Brandão Siqueira Alves, devidamente referenciada na lista de referências.

suas crenças ou descrenças religiosas. Ignorar essa integralidade seria perpetuar a visão fragmentada e adultocêntrica que a Sociologia da Infância busca superar.

A investigação, ao incluir a voz da criança, permite que a pesquisa acesse a complexidade de sua experiência, revelando como esses múltiplos marcadores identitários, incluindo a religião, são negociados e vividos no cotidiano escolar.

Abordar o diálogo como objeto de estudo é reconhecer que ele se constrói não apenas por meio das palavras, mas pela escuta, pela presença e pela responsabilidade no cotidiano escolar, possibilitando a criação de vínculos e a construção de relações significativas entre todos os sujeitos da escola. É nesse contexto que se propõe explorar dois universos interligados e complexos: o diálogo e a religião. A complexidade dessa aproximação decorre da multiplicidade de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que compõem um campo profundo de relações e processos, impossível de ser reduzido à simples operacionalização de variáveis.

Para tanto, recorre-se metodologicamente à observação com descrição densa, registrada em diários de campo (Velho, 1981); à análise documental (Lüdke; André 1995); às rodas de conversa (Alessi, 2014), compreendidas como uma metodologia que favorece o diálogo; e às entrevistas (Freitas, 2007; Cruz, 2008).

A pesquisa com crianças apresenta desafios próprios, pois “as vozes privilegiadas nas investigações científicas ainda são as dos adultos” (Kramer; Santos, 2011, p. 24). Reconhecer a criança como sujeito de pesquisa implica, portanto, assumir uma concepção de infância que guiará todo o processo investigativo e a análise das relações observadas no contexto escolar.

O conceito de alteridade, nesse sentido, torna-se fundamental para construir, com as crianças, relações que reconheçam sua condição de sujeitos integrais, em sua singularidade e complexidade, superando perspectivas adultocêntricas que historicamente marcaram as pesquisas sobre a infância. Nessa perspectiva, as crianças deixam de ser objetos de investigação e passam a ser compreendidas como parceiras dialógicas na produção do conhecimento.

O referencial teórico-metodológico orienta a observação das interações, a condução das entrevistas, o desenvolvimento das rodas de conversa, de modo a criar condições para dialogar, ver e ouvir as crianças com atenção e respeito, registrando as formas pelas quais a religião se manifesta no cotidiano escolar.

Nesse sentido, o desafio é reconhecer as falas das crianças compreendendo-as como sujeitos capazes de falar por si e sobre si. Para isso, contribui a compreensão da criança como:

Pessoa de pouca idade, que produz cultura, é nela produzida, brinca, aprende, sente, cria, cresce e se modifica, ao longo do processo histórico que constitui a vida humana. As crianças são constituídas a partir de sua classe social, etnia, gênero e por diferenças físicas, psicológicas e culturais. Diversas concepções teóricas sobre a criança são encontradas na Filosofia, na Psicologia e na Sociologia. No âmbito da

Filosofia, a teoria crítica da cultura e da modernidade considera que a criança cria cultura, brinca, dá sentido ao mundo, produz história, recria a ordem das coisas, estabelece uma relação crítica com a tradição (Kramer; Motta, 2011).

Diante disso, nosso ponto de partida e de chegada é a concepção de criança como simultaneamente produtora e produto da cultura, que nas interações narra, aprende, forma, cria e transforma, atuando como sujeito ativo que participa e intervém na realidade. Nesse percurso, sua identidade é construída a partir de múltiplas dimensões – classe social, etnia, gênero, diferenças físicas, psicológicas e culturais – e suas ações constituem formas singulares de reelaborar e recriar o mundo (Kramer, Motta, 2011).

Reprodução interpretativa e culturas de pares – contributos da Sociologia da Infância

Os estudos de Corsaro sobre reprodução interpretativa oferecem lentes teóricas essenciais para compreender como as crianças se apropriam e ressignificam informações do mundo adulto. Segundo o autor, as crianças “criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender seus próprios interesses” (Corsaro, 2009, p. 31).

Este conceito é particularmente relevante para nossa análise das manifestações religiosas das crianças, pois evidencia que as crianças não apenas internalizam passivamente as tradições religiosas adultas, mas as reelaboram criativamente em suas interações cotidianas, produzindo sentidos próprios e singulares. Vivemos em uma sociedade na qual as relações e interações entre os sujeitos se encontram ameaçadas pela ausência de atitudes de aceitação e reconhecimento do outro, seja ele semelhante ou diferente. Nesse cenário, a educação se apresenta como uma proposta de experiência humana capaz de articular conhecimento, vida e arte.

Respeitar e aceitar a criança e a infância, em sua especificidade e singularidade, exige o reconhecimento das condições sociais e do contexto em que a criança vive, bem como das diferenças daí decorrentes, a fim de oferecer-lhe meios adequados para que possa viver plenamente seu tempo, desenvolver-se, criar, imaginar e experimentar.

As crianças tomam posse das informações do mundo adulto para produzir suas culturas próprias e singulares. Desse modo, Corsaro (2009) define a cultura de pares como um conjunto estável de rotinas ou atividades, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham em suas interações. Nesse processo, as rotinas culturais exercem um papel importante, pois propiciam a reprodução interpretativa ao fornecerem às crianças e aos demais agentes sociais segurança e compreensão de pertencermos a um grupo social.

Kramer (1992) defende uma concepção que reconhece na infância seu poder

de imaginação, fantasia e criação, compreendendo que as crianças produzem cultura e possuem um olhar crítico capaz de inverter a ordem estabelecida, subvertendo-a e propondo novas formas de ver o mundo. Olhar o mundo pela ótica da criança implica recusar concepções que a reduzem a um ser pobre e incapaz, pois tal visão legitima uma posição ideológica que reproduz um modelo padronizado de infância, desconsiderando as dimensões sociais, econômicas, culturais, emocionais e singulares de cada criança.

Nessa perspectiva, que entende a infância como situada no tempo, na história e na cultura, esta pesquisa tem como objetivo ouvir o que as crianças dizem, praticam e percebem sobre a religião na escola, refletindo também sobre o lugar que ocupam na instituição observada.

Metodologia de pesquisa

Sendo uma pesquisa das ciências humanas, que tem no homem a sua centralidade, em todo o processo investigativo foram observados os princípios fundamentais da pesquisa ética com seres humanos: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A confidencialidade e o anonimato dos participantes foram rigorosamente preservados, e o bem-estar das crianças constituiu-se sempre como prioridade absoluta, sobrepondo-se a qualquer interesse científico.

A abordagem qualitativa de cunho etnográfico orientou a pesquisa que tomou como campo de estudo uma escola pública estadual na Baixada Fluminense entre os anos de 2017 e 2018, cuja escolha considerou critérios como abertura à pesquisa, interesse pelo tema e diversidade do corpo discente.

A pesquisa observou os protocolos éticos exigidos para investigações com crianças. A obtenção dos termos de assentimento junto às crianças e de consentimento junto a seus responsáveis legais não foi mera formalidade procedimental, mas gesto de reconhecimento da autonomia das crianças e de responsabilidade com as famílias. Fundamentada em múltiplos instrumentos que permitiram uma compreensão aprofundada do objeto de estudo.

A observação participante constituiu-se como o principal instrumento de coleta de dados, permitindo o registro sistemático de eventos cotidianos através de caderno de campo. Essa técnica etnográfica possibilitou a imersão no contexto investigado, proporcionando insights valiosos sobre as dinâmicas naturais do ambiente pesquisado. O pesquisador assumiu uma postura de observador-participante, mantendo o equilíbrio entre o envolvimento necessário para compreender as nuances do campo e o distanciamento crítico indispensável à análise científica.

Os registros foram realizados de forma sistemática e contínua, contemplando não apenas os eventos observados, mas também as impressões, reflexões e questionamentos

emergentes durante o processo de investigação. Esta abordagem permitiu capturar tanto os aspectos explícitos quanto os implícitos das situações observadas, contribuindo para uma compreensão mais holística do fenômeno estudado.

O exame criterioso de fichas de matrícula e documentos escolares complementou a observação participante, oferecendo dados contextuais fundamentais para a compreensão dos sujeitos da pesquisa. Esta técnica permitiu o acesso a informações institucionais relevantes, contribuindo para a construção de um perfil mais completo dos participantes e do ambiente educacional investigado.

A análise documental seguiu procedimentos rigorosos de seleção, organização e interpretação dos materiais, considerando tanto o conteúdo manifesto quanto as entrelinhas dos documentos examinados. Este processo revelou aspectos importantes da trajetória educacional dos sujeitos, fornecendo elementos essenciais para contextualizar os dados coletados através dos demais instrumentos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com duas crianças previamente autorizadas por seus responsáveis legais, configurando-se como momentos privilegiados de diálogo e escuta ativa. Esse instrumento possibilitou aprofundar questões específicas identificadas nas observações, ao mesmo tempo em que ofereceu às crianças um espaço legítimo de expressão e reflexão sobre suas próprias experiências.

O roteiro semiestruturado garantiu a flexibilidade necessária para explorar temas emergentes durante as conversas, mantendo, contudo, o alinhamento com os objetivos da pesquisa. As entrevistas ocorreram em um ambiente acolhedor e familiar às crianças, respeitando seu ritmo e suas formas singulares de comunicação, de modo a criar um clima de confiança favorável ao compartilhamento de experiências significativas.

Os momentos dialógicos informais, organizados na forma de rodas de conversa, configuraram-se como um espaço coletivo de reflexão e troca de experiências. Essa metodologia favoreceu o surgimento de discussões espontâneas e a construção compartilhada de sentidos, além de possibilitar a observação das interações entre os participantes e das dinâmicas grupais.

As rodas de conversa foram conduzidas de maneira não diretiva, priorizando a livre expressão dos participantes e a construção dialógica do conhecimento. Tal formato mostrou-se especialmente pertinente para o trabalho com crianças, pois respeita suas formas naturais de comunicação e contribui para a criação de um ambiente descontraído, inclusivo e participativo.

Conforme destaca Alessi (2014), a roda de conversa constitui um espaço privilegiado de reflexão e diálogo, que possibilita avanços nas relações estabelecidas no cotidiano escolar, ao assegurar a todos o direito de falar e de serem ouvidos.

A combinação criteriosa desses instrumentos metodológicos permitiu uma abordagem multifacetada do objeto de estudo, favorecendo a emergência de dados ricos e contextualizados. A triangulação metodológica não apenas conferiu maior validade aos resultados, mas também possibilitou a identificação de aspectos que poderiam

permanecer ocultos se fosse utilizado apenas um único instrumento de coleta.

A História Oral apresenta-se como opção teórico-metodológica que possibilita refletir sobre a experiência vivida, os motivos e as finalidades presentes nas narrativas, expressando a forma dos elementos constitutivos de uma identidade (Chiozzini *et al.*, 2007). A produção do conhecimento se dá na relação com o outro. A possibilidade do alargamento recíproco dos sentidos numa vida que é dialógica por natureza. Para Portelli (2016), a especificidade da História Oral não reside apenas no fato narrado, mas sobretudo na subjetividade do narrador: o que o sujeito escolhe contar, como organiza sua memória e que sentidos atribui à sua experiência. Trata-se, portanto, de uma metodologia que coloca a significação como centro da investigação, reconhecendo que a narrativa oral é sempre uma construção interpretativa, não um espelho neutro do passado.

O autor sustenta que a História Oral ensina que toda fonte é subjetiva e que essa subjetividade não é um limite, mas um dado valioso, pois revela as formas pelas quais os sujeitos experienciam e dão sentido ao mundo social. Portelli (2016) também problematiza a relação entre entrevistador e entrevistado, entendendo-a como um diálogo em que ambos produzem conhecimento conjuntamente. O pesquisador não é um receptor passivo de informações, mas um interlocutor ativo que, por meio de suas perguntas e presença, influencia o que é dito e como é dito. Essa perspectiva é especialmente relevante para a pesquisa com crianças, pois exige do investigador uma postura de abertura e de escuta genuinamente dialógica, capaz de acolher as formas singulares pelas quais as crianças narram suas experiências.

Além disso, o autor destaca que a memória é seletiva, multifacetada e transformada pelo tempo – característica que, no caso das narrativas infantis sobre religião, revela como os significados são construídos e reconstruídos nas interações cotidianas do ambiente escolar. Esse aporte teórico legitima a voz das crianças participantes desta pesquisa como fonte de experiência e produção cultural, reconhecendo que suas narrativas constituem, em si, um dado histórico e social valioso.

Alberti (1990, p. 29) adverte que “fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas”. Trata-se de um esforço interdisciplinar e de equipe que exige os rigores da pesquisa histórica e da etnografia, a visão da Sociologia e a sensibilidade de abordagem da Psicologia e da psicanálise (Alberti, 2008).

Portelli (2016) aprofunda essa dimensão ao argumentar que o próprio ato da entrevista é um evento de coprodução: o pesquisador não extrai um relato preexistente, mas participa ativamente de sua construção, de modo que o que é narrado e como é narrado são sempre resultado do encontro entre duas subjetividades em diálogo. Entre as modalidades de História Oral sistematizadas por Bom Meihy (1996), esta investigação aproxima-se da história oral temática, na qual um assunto específico e

preestabelecido – neste caso, a religião no cotidiano escolar – orienta a escuta e a busca pelo esclarecimento ou opinião dos narradores sobre o evento definido. Detalhes da vida pessoal das crianças interessam apenas na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central. Esse recorte metodológico justificou a análise documental prévia – mediante o exame de fichas de matrícula e outros registros escolares – como passo anterior às entrevistas, permitindo mapear o perfil dos sujeitos e fundamentar as escolhas da História Oral.

A compreensão das oralidades das crianças como legítimas produções culturais requer um olhar que reconheça a criança como sujeito ativo e potente no presente. Nessa perspectiva, ao situar a criança como produtora de cultura – e não apenas como um “vir a ser” – desnaturaliza-se a infância e incorporam-se as vozes das crianças às narrativas sociais e históricas. As contribuições de Manuel Sarmiento sobre cidadania e participação infantil – especialmente em obras como *A vez e a voz das crianças: estudos sobre participação infantil* (Sarmiento; Pinto, 1997) – oferecem fundamentos importantes para uma escuta ativa e dialógica, entendendo a criança como sujeito de direitos, cuja expressão oral constitui uma forma essencial de exercer sua cidadania desde cedo.

Vozes da diversidade religiosa: crianças, narrativas e perspectivas

A escola pesquisada localiza-se em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense (RJ), por sua estrutura e demanda, é considerada de pequeno porte, e conta com quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala de direção, refeitório, sala de professores compartilhada com a sala de leitura, quadra de esporte e uma pequena área ao ar livre.

Em relação ao território da escola, o município de Nova Iguaçu pode ser considerando uma amostragem da diversidade religiosa brasileira, tendo em vista que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010,² a população local distribui-se entre: Católicos: 263.499 pessoas, Evangélicos: 294.099 pessoas, Espíritas: 20.914 pessoas, Religiões afro-brasileiras: 14.421 pessoas e outras tradições religiosas com menor número de participantes/autodeclarantes/adeptos. Ou seja, apesar da diversidade, a população, em sua maioria é evangélica, seguida pelos católicos.

Para conhecer a distribuição dessa categoria na turma observada recorreu-se à análise documental das fichas de matrículas dos alunos em que, com vistas a garantir os direitos do aluno a cumprir dos preceitos de sua religião, essa é uma das perguntas feitas

2 Dados do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Nova Iguaçu. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 20 abr. 2026.

às famílias, entre outras. Dessa análise, foram identificados: 22 famílias se declararam evangélicas, duas católicas, uma adventista, uma testemunha de Jeová, uma espírita kardecista, cinco não declaradas, uma sem religião e sete outras não especificadas. Ou seja, o perfil da turma reafirma os dados do Censo de maioria evangélica, mas se distancia da equiparação ao percentual de católicos.

Essa diversidade constitui o pano de fundo para compreender as complexas negociações identitárias que emergem nas narrativas das crianças. Nesse percurso, a escolha por uma metodologia qualitativa mostrou-se particularmente adequada para a investigação envolvendo crianças e permitiu capturar as nuances de suas experiências e percepções de forma sensível e respeitosa.

Os instrumentos da produção de dados favoreceram diferentes formas de expressão, reconhecendo a diversidade de linguagens e modos de comunicação característicos da infância. No contexto da pesquisa com crianças, a entrevista deve ser compreendida como um espaço de diálogo, escuta e troca, como destaca Cruz (2008, p. 13): “buscar formas de ouvir as crianças, explorando suas múltiplas linguagens, tem como pressuposto a crença de que elas têm o que dizer, bem como o desejo de conhecer seu ponto de vista”.

A análise da expressão oral das crianças, conforme observa Rocha (2008, p. 45), “orienta-se pelas próprias intenções colocadas na relação comunicativa”, uma vez que sua linguagem verbal é constantemente acompanhada por expressões corporais, gestuais e faciais. Assim, a escuta implica reconhecer a alteridade da criança. Ainda segundo a autora, “o termo escuta não é apenas uma mera percepção auditiva nem simples recepção da informação – envolve a compreensão da comunicação feita pelo outro” (Rocha, 2008, p. 45), o que implica reconhecer que, no caso da escuta da criança por um adulto, tal compreensão passa necessariamente por processos de interpretação.

Considerando a contextualização e os pressupostos, a análise das narrativas das crianças considera os contextos de sua produção e os significados atribuídos nos momentos de brincadeira, nas aulas e nas interações. As observações e rodas de conversa foram desenvolvidas no cotidiano da turma que tinha em média 40 crianças com idade entre 11 e 12 anos. Desse conjunto, duas crianças foram entrevistadas. A partir desses dados, em primeiro lugar são apresentados eventos registrados durante as observações e rodas de conversa. Em seguida, a partir de algumas falas das entrevistas, são analisados aspectos da religião na escola.

“Aqui nós somos de Deus, do Senhor!”: A religião nas brincadeiras

Durante as observações, a partir de uma escuta atenta e sensível, foi possível registrar um momento de brincadeira e interação em que a religião é materializada

de forma espontânea, constituindo elemento naturalizado do repertório cultural das crianças.

Devido à falta de um professor, a turma está na sala aguardando a próxima aula. Cinco meninas brincam o ‘jogo com a caneta’ – prática divinatória comum entre crianças – e Flávia, que conduz a brincadeira, quer explicá-la à pesquisadora.

Flávia – ‘Jogo com a caneta’. Se tiver algum espírito aqui, a caneta vai mexer.

Pesquisadora – Entendi. E aí?

Flávia – Mas não se moveu. Aqui nós somos de Deus, do Senhor! (Caderno de campo, 18-06-2018).

Esse evento traz algumas questões: a turma sabe qual o objeto de estudo da pesquisadora e busca em seu repertório uma brincadeira com símbolos da religião e exemplifica como as crianças articulam diferentes sistemas de crenças em suas interações. Flávia, identificada como evangélica, fala “em nome do grupo”. É ela quem conduz e é também quem conclui, ao estabelecer uma oposição entre “espírito” e “Deus”, revelando o modo como suas convicções religiosas informam a interpretação da brincadeira.

Apesar de o grupo incluir crianças que se identificaram com diferentes tradições religiosas (evangélica, católica, espírita), na brincadeira a diversidade se “dilui na interação” gerando um silenciamento de outras perspectivas, tanto por omissão quanto por falta de autorização.

Outro exemplo da introjeção da religião nos repertórios culturais das crianças emerge da observação de Arthur:

Arthur encontra-se sozinho em um canto da sala, imitando sons de aceleração de um carro. Ao observar mais atentamente, percebe-se que o sussurro que reproduz a sonoridade do motor é construído a partir da enunciação de nomes de personagens bíblicos: ‘Abraãooooo, Isaaaaaque e Jacooooó’ (Caderno de campo, 17-05-2018).

A religião é um tema que perpassa diversas esferas da vida social e, entre elas, a escola. Para Valente e Setton (2014), a religiosidade faz parte da totalidade do indivíduo; é um elemento simbólico interiorizado, portanto, as filiações e convicções religiosas de alunos, professores, equipes de direção e funcionários são partes inerentes de suas identidades, naturalizadas pelo indivíduo.

Pela brincadeira a criança manifesta como os símbolos religiosos estão interiorizados e integram naturalmente o seu repertório lúdico, demonstrando uma apropriação criativa dos nomes bíblicos incorporados à brincadeira por sua sonoridade e não pelo viés religioso em si. Desse modo, inverte a ordem estabelecida, subvertendo-a e propõe novas formas de ver o mundo. Ou seja, personagens que são centrais na teologia judaico-cristã se tornam representação do som de motor de um

carro. A criança, portanto, cria cultura, brinca, recria a ordem das coisas e estabelece uma relação crítica com a tradição.

“Nós temos aula de religião com o Hugo”: percepções sobre religião no currículo

Durante uma roda de conversa espontânea, emergiram percepções infantis sobre a presença da religião no currículo oficial. A pesquisadora pergunta se tem aula de Ensino Religioso:

Clara – Tem! Nós temos aula de religião com o Hugo [professor de História].

Otto – Claro que não, ele é professor de História. No início do ano até perguntaram se queríamos ter aula de Ensino Religioso, mas nunca tivemos.

Pesquisadora – Por que você acha que o Hugo dá aula de religião?

Otto – Ele sempre fala de religião.

Clara – É isso! Toda aula ele fala de religião.

(Caderno de campo, 30-06-2018).

A resposta de Otto sinaliza para a coerente postura da escola com os fundamentos legais de que o Ensino Religioso é de matrícula facultativa ao aluno.

Clara faz conexões entre a aula de História e as aulas de religião, em uma troca que revela tensões entre o currículo oficial e as percepções infantis. Ou seja, a fala de Clara materializa a percepção das crianças que identificam a presença de temas religiosos nas aulas de História, mas divergem sobre sua interpretação. Acrescenta-se a isso a interferência na religião na construção das sociedades. Em interação, o conflito gerado pela inquietação de Otto aponta para a categorização das “aulas de Religião-História-Ensino Religioso”, evidenciando reflexão crítica sobre os limites disciplinares.

“Ela é conhecida porque guarda o sábado”: narrativas de pertencimento

As conversas nas horas vagas foram, para as crianças, oportunidades para que expusessem percepções de si e do outro quanto à religião. Antônio, um menino de 11 anos, compartilha sua identificação religiosa e se apropria de símbolos da mesma para se fazer compreender:

Antônio – Eu faço parte da Igreja Adventista. Você conhece? Ela é conhecida porque guarda o sábado. Eu participo dos Desbravadores – Associação Rio-Sul.

Pesquisadora – E o que é isso, ‘Desbravadores’?

Antônio [com aparente entusiasmo] – É um clube que ensina a perceber que no mundo tem coisas boas; lhe dá a noção de como viver no meio da mata. Nós fazemos acampamento (Antônio, 2018, 11 anos).

As conversas individuais, realizadas durante os intervalos e momentos livres, possibilitaram, assim, o aprofundamento das narrativas relacionadas ao pertencimento religioso. Antônio revela o seu reconhecimento do modo como socialmente sua religião é reconhecida e articula múltiplas dimensões desta na constituição de sua subjetividade e identidade religiosa quando afirma um lugar de pertencimento em uma instituição – “Eu faço parte”, “Eu participo”.

A narrativa demarca um lugar social do grupo religioso quando Antônio não apenas identifica sua denominação acionando um ritual distintivo (guardar o sábado), mas enfatiza aspectos socializadores da experiência religiosa, destacando atividades comunitárias e educativas ao se reportar aos “Desbravadores”.

Resalta-se ainda, que ao final da narrativa explicativa ele passa a falar coletivamente, quando faz uso do pronome “nós”, o que sinaliza para uma efetiva apropriação de uma identidade coletiva.

Religião e religiosidade não são sinônimos. Kramer e Edelheit (2018) discutem o desconhecimento existente entre as religiões, a urgência desse reconhecimento e assinalam o papel a ser exercido pela escola.

Em outro momento, Antônio narra a sua experiência com a escola.

A minha vida toda eu estudei em escola particular. Eu não conhecia a maldade, conheci aqui. As pessoas acham que escola pública é uma bagunça. Aqui a diretora é maravilhosa, ela trata as pessoas com carinho e não tem cara de mau. Na outra escola eu tinha medo da diretora.

Meu pai me falou para seguir o que a Bíblia ensina: é preciso deixar tudo para trás. Eu perguntei a ele o que eu deveria deixar e ele me disse que não posso falar palavrões e fazer coisas erradas (Antônio, 2018, 11 anos).

Antônio fala da experiência de transição de grupo, do contato com realidades diversas da sua e manifesta a percepção da diferença que tem ao descrever que conheceu a “maldade” na escola pública, ao mesmo tempo em que faz comparação entre o comportamento das gestoras da escola pública e da escola particular, e mais uma vez recorre ao “mal” para expressar os significados atribuídos às ações.

“Ela trata as pessoas com carinho e não tem cara de mau. Na outra escola eu tinha medo”. Ao destacar os comportamentos das gestoras, a fala de Antônio aponta o ambiente acolhedor e relacional da escola pública em contraposição ao que é mau, além disso, recorre aos conceitos construídos e conclui revelando a atuação da família em sua relação com a religião. Em uma aparente mudança de assunto, aciona a instrução de seu pai e recorre a outro símbolo de sua cultura religiosa, a Bíblia, quando afirma

que é “para seguir o que a Bíblia ensina: é preciso deixar tudo para trás”, e dela se apropria para afirmar que, a partir de sua identidade religiosa e familiar, deixar tudo para trás é por ele compreendido como deixar de falar palavrões e fazer coisas erradas. Considerando que sua fala se inicia destacando que ele conheceu a maldade na escola pública, a maldade seria então o falar palavrões e fazer coisas erradas?

“Ele nunca mais veio com o cordão”: experiências de intolerância

Ao narrar experiências vividas coletivamente, as crianças revelaram suas percepções do preconceito e da discriminação no que se refere à identificação religiosa. Em sua narrativa, Bela faz o relato de um episódio que presenciou no contexto escolar:

Esses dias algumas pessoas ficaram implicando com o Juninho por causa do cordão que ele estava usando. Disseram que parecia cordão de macumba. Ele disse que não era. Acho isso errado, não podemos ficar implicando com as pessoas. Ele nunca mais veio com o cordão (Bela, 2018, 12 anos).

A postura dos colegas e o posicionamento de Bela evidenciam aspectos do preconceito que promove intolerância religiosa. No caso citado, o uso de um adereço causa estranhamento e abre a possibilidade de o outro revelar seus preconceitos através de discriminação a um símbolo de religiões afro-brasileiras e manifesta a necessidade de a escola desenvolver um trabalho comprometido com a diversidade e respeito à diferença, além de cumprir o que estabelece a Lei nº 10639/2003

Por outro lado, a narrativa de Bela aponta para uma compreensão de que falar de religião na escola é abrir possibilidade para valorização e reconhecimento da diversidade, portanto, ela não fala de si, mas do outro; o preconceito e a discriminação contra as religiões de matriz africana; demonstra sensibilidade ética e capacidade crítica infantil diante de situações de preconceito.

Pela narrativa, Bela traz aspectos centrais da história e da cultura do povo brasileiro e assevera que a discriminação resultou no silenciamento do outro, ou seja, ao ser questionado pelo uso de um adereço, Juninho não teve a oportunidade de informar sua identidade religiosa e deixou de usar o cordão.

Para Portelli (2016), a subjetividade confere à História Oral seu caráter singular: a narrativa do entrevistado, sob a observação da pesquisadora, não constitui um dado neutro, mas uma construção de sentido mediada pela memória, pelo tempo e pela presença da própria pesquisadora. No caso das crianças, isso significa que, em suas narrativas sobre religião, elas selecionam os fatos que desejam contar e revelam não apenas o ocorrido em si, mas as significações que atribuem às suas experiências no cotidiano escolar.

Tensões entre laicidade e diversidade: o paradoxo da escola laica

A escuta das crianças revela um paradoxo fundamental: embora a escola se apresente oficialmente como laica, a religião permeia constantemente o cotidiano institucional através das identidades e práticas de seus atores sociais. Essa presença não se manifesta apenas através de símbolos explícitos (crucifixos, imagens religiosas), mas emerge nas oralidades, na brincadeira e nas interações cotidianas.

Reconhecer as crianças como sujeitos ativos na construção de suas identidades é caminho para a escola tornar-se um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Em seus relatos, elas demonstram a importância de escutar suas percepções e perspectivas sobre a religião no contexto escolar. Desse modo, pela oralidade revelam tanto a complexidade das interações quanto a necessidade de uma abordagem sensível e dialógica.

As entrevistas confirmam esta percepção. Ao serem questionadas sobre a religião na escola, as respostas foram nuançadas:

Gleice – Aqui nessa escola não tem religião, os professores quase não falam, mas tem pessoas que são da Igreja.

Poly – Sim. Tem mais nas aulas de História em que o professor fala sobre os gregos e no que eles acreditavam. Também conversei sobre religião com a Nina e a Layla, que são evangélicas (Caderno de campo, 07-08-2018).

A distinção entre religião como conteúdo curricular e religião como experiência vivida é explicitada nas falas. As crianças reconhecem que institucionalmente não há a prevalência de uma religião sobre as demais e nos levam a compreender que a escola não promove ativamente práticas religiosas, contudo, nas interações com seus pares, a religião está presente nas relações bem como no currículo do ensino de História.

Reprodução interpretativa das tradições religiosas

Nas observações, foi possível compreender que as crianças não apenas reproduzem mecanicamente as tradições religiosas adultas mas operam com elas, as reinterpretam criativamente em suas culturas de pares como se pode observar no evento a seguir:

Michel – Um dia para os cristãos comemorarem a ressurreição de Cristo, mas também é um dia para comermos ovo de Páscoa com recheio de chocolate.

Diana – Para mim Páscoa é a ressurreição de Jesus. Muitas pessoas acham que a Páscoa é ganhar chocolate, mas para mim páscoa é quando Deus enviou seu filho único para morrer por nós (Caderno de campo, 07-08-2018).

Essas definições revelam diferentes formas de apropriação cultural. Michel fala de um lugar externo ao definir o que é a Páscoa para os cristãos e se inclui ao articular aspectos religiosos e comerciais da festa – “um dia para comermos ovo de Páscoa”. Por outro lado, Diana assume lugar de fala e estabelece hierarquia valorativa, privilegiando o significado religioso sobre o comercial. Em ambas as interpretações, são evidenciados mecanismos de «reprodução interpretativa» das tradições religiosas.

Diálogo inter-religioso e tolerância

Contrariando estereótipos sobre intolerância religiosa, muitas observações revelaram práticas espontâneas de diálogo inter-religioso entre as crianças. O evento do “maior debate sobre religião” em aula de História é narrado por Iago e exemplifica essa dinâmica:

Iago – O professor falou sobre o Big Bang, o criacionismo e o Darwinismo. Alguns acreditam no criacionismo.

Antônio – Na aula de História a gente se abre. Eu defendi meu ponto de vista. Acredito no criacionismo, mas os outros colegas também falaram (Caderno de campo, 07-08-2018).

As aulas de História aparecem como um disparador do tema da religião, seja no comentário de **Otto e Clara de que o professor de História** “sempre fala de religião”, seja no relato de Antônio que informa ter expressado o seu posicionamento, bem como outros colegas. Tais narrativas sugerem que as crianças desenvolvem, autonomamente, práticas dialógicas de respeito às diferenças religiosas na escola, criando espaços de debate em que diferentes perspectivas cosmogônicas são articuladas sem conflito explícito.

Considerações finais

A pesquisa apresentada se insere no campo da História Oral com crianças, demonstrando a competência narrativa e reflexiva desses sujeitos para abordar temas complexos, como a religião. Suas narrativas revelaram dimensões da experiência religiosa escolar que, de outra forma, permaneceriam invisíveis em pesquisas centradas exclusivamente em perspectivas adultas – evidenciando que as vozes das crianças constituem fonte privilegiada para compreender as dinâmicas entre religião e educação no Brasil contemporâneo.

O fundamento metodológico para essa escuta ativa reside na perspectiva de Portelli, que, em sua obra *História oral como arte da escuta* (2016) enfatiza que o foco da História Oral deve ser a significação que o narrador atribui ao evento, e não apenas o “fato” objetivo. Essa abordagem foi essencial para a compreensão da subjetividade e da memória na infância, pois legitimou a voz da criança como uma fonte de experiência e produção cultural, reconhecendo que sua narrativa é, em si, um dado histórico e social valioso.

A metodologia adotada foi também profundamente marcada pela perspectiva dialógica de Martin Buber. A premissa de que a relação educativa é “puramente dialógica” (Buber, 2003, p. 26) mostrou-se produtiva para o estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade com as crianças. O reconhecimento de sua alteridade e de sua competência como interlocutoras permitiu a emergência de narrativas autênticas, livres dos constrangimentos hierárquicos tradicionais. Investigar em um ambiente escolar implicou o desafio de transformar o “ele” em “tu”, o que, segundo Buber (2014), ocorre quando se aceita o outro em sua alteridade com a totalidade do próprio ser.

As narrativas das crianças revelaram que a religião, no contexto escolar, deve ser compreendida não apenas como um sistema doutrinário formal, mas como uma experiência vivida, incorporada às práticas cotidianas de socialização. Essa perspectiva fenomenológica da religião, privilegiada pelas vozes das crianças, oferece contribuições valiosas para os estudos sobre religião e educação. As crianças demonstraram capacidade de articular reflexivamente suas experiências religiosas, problematizando tensões entre a laicidade oficial e a diversidade vivida, entre tradições familiares e culturas de pares, e entre tolerância e discriminação.

A pesquisa evidenciou desafios importantes, notadamente a exigência de dupla autorização – tanto das crianças quanto de seus responsáveis –, o que reduziu o número de entrevistas e revelou tensões entre a autonomia da criança e a tutela adulta. Contudo, o recurso a estratégias metodológicas complementares, como observação participante, rodas de conversa e interações informais, possibilitou um acesso mais sensível e aprofundado às suas oralidades. Essa experiência demonstra que a História Oral com crianças pode ultrapassar o formato tradicional da entrevista estruturada, ampliando as formas de escuta e valorizando as expressões culturais da infância.

Ao articular o tema da religião com o cotidiano escolar, evidenciou-se que a escuta, a presença e o olhar sensível constituem caminhos promissores para abordar a questão como objeto de pesquisa, reconhecendo as tensões e dilemas que ela envolve. A diversidade religiosa, nesse contexto, relaciona-se diretamente às práticas interculturais e à promoção da tolerância. Tomar o diálogo como eixo central dessa reflexão abre a possibilidade de ouvir as crianças, observar suas interações e compreender a dinâmica escolar em sua prática diária, buscando identificar se há, de fato, um diálogo inter-religioso.

Esta investigação demonstra que as oralidades constituem fonte privilegiada

para compreender as complexas dinâmicas entre religião e educação no Brasil contemporâneo. As vozes das crianças revelaram que a diversidade religiosa se manifesta de forma multifacetada no cotidiano escolar, através de práticas, narrativas e interações que frequentemente escapam ao controle institucional oficial.

As narrativas das crianças evidenciaram capacidade reflexiva e crítica para abordar questões religiosas complexas, desenvolvendo autonomamente práticas de diálogo inter-religioso e posicionamentos éticos diante da intolerância. Essas competências desafiam perspectivas adultocêntricas tradicionais e reivindicam maior reconhecimento de suas vozes nos estudos sobre religião e educação.

Para o campo da História Oral, esta pesquisa demonstra a potencialidade e relevância de incluir crianças como sujeitos legítimos de investigação, portadoras de experiências e saberes específicos que enriquecem nossa compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos.

Os resultados da pesquisa sugerem a necessidade de políticas educacionais mais sensíveis à diversidade religiosa, que reconheçam as identidades religiosas das crianças como dimensões legítimas da experiência escolar, promovendo práticas pedagógicas dialógicas que valorizem a pluralidade como recurso educativo, não como problema a ser silenciado.

A escuta das vozes das crianças sobre religião no cotidiano escolar revela, fundamentalmente, que a escola se constitui como espaço de encontro de diferentes tradições culturais e religiosas, onde elas desenvolvem, criativamente, formas próprias de negociar identidades, diferenças e pertencimentos. Reconhecer e valorizar essas vozes constitui passo fundamental para a construção de uma educação democrática e inclusiva.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1990.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, 1).
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 7191, 5 maio de 1931.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 2009.

BUBER, Martin. *O caminho do homem seguindo o ensinamento chassídico*. São Paulo: É Realizações, 2014.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz; MESQUITA, Ilka Miglio; TUMA, Magda Madalena. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras. In: ZAMBONI, Ernesta (org.). *Digressões sobre o ensino de História: memória, história oral e razão histórica*. Itajaí: Maria do Cais, 2007. p. 103–145.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Alisson (Ed.). *Research with children: perspectives and practices*. London: Routledge, 2005.

CORSARO, William. *A Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CRUZ, Sônia Helena Vieira (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 135, p. 890-907, dez. 2018.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A entrevista na pesquisa qualitativa*. São Paulo: Cortez, 2007.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1992.

KRAMER, Sonia; MOTTA, Flávia. *Criança*. Dicionário de Verbetes. Belo Horizonte: UFMG; INCT Gestrado, 2011. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/crianca/. Acesso em: 20 abr. 2026.

KRAMER, Sonia; SANTOS, Tania Regina Lobato. Contribuições de Lev Vigotski para a pesquisa com crianças. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth (Org.). *Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em educação*. Belém: EdUEPA, 2012. p. 17-36.

KRAMER, Sonia; EDELHEIT, Joseph. Religiões e religiosidade: o desafio de conhecer e reconhecer o outro. *Foro de Educación*, Salamanca, v. 16, n. 24, p. 57-78, jan./jun. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1995.

ALESSI, Viviane Maria. *Rodas de conversa: uma análise das vozes infantis na perspectiva do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ROCHA, Eloísa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43–51.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.
- SARMENTO, Manuel Jacinto.; PINTO, Manuel (Org.). *A vez e a voz das crianças: estudos sobre participação infantil*. Braga: Centro de Estudos da Criança; Universidade do Minho, 1997.
- SIQUEIRA, Rosiane Brandão. *O que as crianças falam, escutam e praticam de religião na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2019.
- VALENTE, Gabriela Abuhab; SETTON, Maria da Graça Jacintho. Notas etnográficas sobre a religiosidade na escola. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 187-204, 2014.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Fontes orais

- Antônio [11 anos]. [ago. 2018]. Conversa com: Rosiane Siqueira. Nova Iguaçu, RJ, 7 ago. 2018.
- Bela [12 anos]. [ago. 2018]. Conversa com: Rosiane Siqueira. Nova Iguaçu, RJ, 7 ago. 2018.

Recebido em 17/11/2025

Versão final reapresentada em 26/03/2026

Aprovado em 27/03/2026

Contribuições dos autores: Rosiane Brandão Siqueira Alves foi responsável por todas as etapas da pesquisa, incluindo coleta e análise dos dados, bem como a redação do manuscrito; Rejane Brandão Siqueira participou da realização das entrevistas, da gravação dos depoimentos, da análise dos dados e da redação do manuscrito, além de colaborar com a revisão e correções do texto.

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): Parecer da comissão de ética em pesquisa da PUC-RIO (2017-79).

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.